

SUMÁRIO

Capítulo 1 – DIREITO E EVOLUÇÃO

1. A juridicidade nas relações humanas
2. A evolução do conteúdo ideológico do Direito
3. O surgimento do Direito Econômico
4. Conceito
 - 4.1. Direito Econômico e Direito da Economia
 - 4.2. Conceito amplo e restrito
 - 4.3. A concentração de empresas e a intervenção
 - 4.4. O objeto do Direito Econômico
 - 4.5. Política: política econômica
5. Características do novo Direito
 - 5.1. O declínio do princípio da generalidade da lei
 - 5.2. A mobilidade
 - 5.3. Ausência de codificação
 - 5.4. A crise da imperatividade
 - 5.5. Desmoronamento da fronteira: público-privado
 - 5.6. Princípio da economicidade
 - 5.7. Princípio da eficiência
 - 5.8. Caráter concreto
 - 5.9. As perspectivas microeconômica e macroeconômica

Capítulo 2 – FONTES DO DIREITO ECONÔMICO

1. Conceito de fonte do Direito
2. Princípios e regras
3. Ordem jurídico-econômica
4. Constituição econômica: função transformadora
5. Princípios de Direito Econômico
6. Princípios e regras
 - 6.1. A norma jurídica deve garantir a segurança nas relações jurídicas
 - 6.2. A norma jurídica deve tomar como ponto de partida a realidade econômica
 - 6.3. A norma jurídica deve procurar a reforma da realidade
 - 6.4. A norma jurídica deve buscar o desenvolvimento sustentável
 - 6.5. A norma jurídica deve buscar o equilíbrio dinâmico
 - 6.6. A norma jurídica deve nortear-se pela eficiência e economicidade
 - 6.7. A norma jurídica deve garantir a democracia econômica e social
 - 6.8. A norma jurídico-econômica e o princípio da dignidade humana
 - 6.9. A norma jurídica: eliminação de atos economicamente lesivos
 - 6.10. A norma jurídica deve ser pragmática
 - 6.11. A norma jurídico-econômica e o princípio da proporcionalidade
7. Tipos de fontes no Direito Econômico
8. A regulação como fonte de Direito Econômico
9. A medida provisória: instrumento de condução da política econômica
10. A Lei do Plano

Capítulo 3 – ORDEM JURÍDICO-ECONÔMICA

1. Conceito de ordem
 - 1.1. Conceito de ordem em Kant
 - 1.2. Ordem política e econômica: Max Weber
2. *Kosmos* e *taxis*
3. Ordem e linguagem
4. A constituição econômica
 - 4.1. Normas programáticas
5. Ordem jurídico-econômica brasileira
 - 5.1. Conceitos complementares de ordem
 - 5.2. Aspectos sincrônico e diacrônico
 - 5.3. A Constituição de 1824
 - 5.4. A Constituição de 1891
 - 5.5. A Constituição de 1934
 - 5.6. A Constituição de 1937
 - 5.7. A Constituição de 1946
 - 5.8. A Constituição de 1967-1969
 - 5.9. A Constituição de 1988
6. Princípios gerais da atividade econômica
 - 6.1. Os princípios gerais

- 6.1.1. Soberania nacional
- 6.1.2. Propriedade privada
- 6.1.3. Função social da propriedade
- 6.1.4. O princípio da livre concorrência
- 6.1.5. Princípio da defesa do consumidor
- 6.1.6. Princípio da defesa do meio ambiente
- 6.1.7. Princípio da redução das desigualdades regionais e sociais
- 6.1.8. Princípio da busca do pleno emprego
- 6.1.9. Princípio do tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte
- 6.2. O tratamento protecionista
- 6.3. O papel do Estado na ordem econômica
 - 6.3.1. O abuso do poder econômico: papel repressor do Estado
 - 6.3.2. A privatização: o afastamento do Estado
 - 6.3.3. A efetivação das privatizações
 - 6.3.4. A privatização como fenômeno mundial
- 7. Outras funções do Estado

Capítulo 4 – ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL E REGIONAL

- 1. Existência de um Direito Econômico Internacional
 - 1.1. Aspectos de ordem econômica internacional
 - 1.2. Conceituação
 - 1.3. Especificidade do Direito Econômico Internacional
 - 1.4. As normas do Direito Econômico Internacional
 - 1.5. A ordem econômica internacional: sujeitos
 - 1.6. A nova ordem econômica internacional
 - 1.7. O Fundo Monetário Internacional – FMI
 - 1.8. O acordo geral sobre tarifas e comércio
 - 1.9. Constituição da Organização Mundial de Comércio
- 2. Existência de um Direito Econômico Regional
 - 2.1. A União Europeia
 - 2.2. A perspectiva latino-americana
 - 2.3. A perspectiva latino-americana: o Mercosul
 - 2.4. A consolidação do Mercosul
 - 2.5. Situação atual

Capítulo 5 – INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

- 1. Relação entre Direito e Economia
- 2. O materialismo histórico de Marx
- 3. O pensamento de Stammler
- 4. A concepção de Max Weber
- 5. A escola histórica da economia política
- 6. A atuação do Estado no domínio econômico: contexto histórico
- 7. Intervenção do Estado: doutrina social da Igreja Católica
- 8. O pensamento de Ariño Ortiz
 - 8.1. Razões que determinaram a intervenção do Estado
 - 8.2. Modalidades da atuação governamental
 - 8.2.1. Regulação econômica
 - 8.2.2. Atuação fiscal e financeira
 - 8.2.3. Iniciativa pública
 - 8.2.4. Reservas ao setor público
- 9. Intervenções direta e indireta
- 10. A intervenção direta
- 11. A intervenção indireta

Capítulo 6 – O NOVO PAPEL DO ESTADO

- 1. Uma nova perspectiva para o Estado
 - 1.1. A perspectiva dos blocos econômicos
 - 1.2. As agências reguladoras
 - 1.3. Os poderes das agências
 - 1.4. Regular por meio da informação
 - 1.5. Em busca de um modelo genuíno
- 2. Agência Nacional de Energia Elétrica
- 3. Agência Nacional de Telecomunicações
- 4. Agência Nacional de Petróleo
- 5. Banco Central do Brasil
- 6. Agências reguladoras e as relações de concorrência

7. Agência Nacional de Vigilância Sanitária
8. A criação de novas agências
9. Controle da atuação das agências
10. Análise do impacto regulatório

Capítulo 7 – PLANEJAMENTO ECONÔMICO

1. A busca da racionalidade
 - 1.1. Razão e democracia
 - 1.2. Racionalidade e mercado
 - 1.3. Planejamento e racionalidade
 - 1.4. Gênese da racionalidade
2. O plano é uma lei
 - 2.1. O pensamento de Henri Jacquot
 - 2.2. O pensamento de Laubadère
 - 2.3. O pensamento de Burdeau
 - 2.4. O pensamento de Farjat
 - 2.5. O pensamento de Quadri
 - 2.6. O pensamento de Gordillo
 - 2.7. O pensamento de Chambre
 - 2.8. O pensamento de Maystadt
 - 2.9. O pensamento de Bernard
 - 2.10. O pensamento de Kucera
 - 2.11. O pensamento de Staïnov
 - 2.12. A definição da Constituição de Portugal
 - 2.13. A definição da Constituição da Espanha
 - 2.14. O contexto semântico
3. História do planejamento no Brasil
 - 3.1. Plano especial de obras públicas
 - 3.2. Plano de obras e equipamentos
 - 3.3. Plano Salte
 - 3.4. Comissão mista Brasil-Estados Unidos
 - 3.5. Programa de metas
 - 3.6. Comissão Nacional de Planejamento
 - 3.7. Plano Trienal de Desenvolvimento
 - 3.8. Programa de Ação Econômica do Governo
 - 3.9. Plano Estratégico de Desenvolvimento
 - 3.10. Legislação sobre planejamento
 - 3.11. I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND
 - 3.12. II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND
 - 3.13. III Plano Nacional de Desenvolvimento – III PND
 - 3.14. I Plano Nacional de Desenvolvimento – Nova República
 - 3.15. Planos conjunturais
4. Planejamento econômico e ideologia
 - 4.1. Planejamento: mito da criação pela linguagem
 - 4.2. Planejamento: mito prospectivo
5. Planejamento e mercado – previsibilidade

Capítulo 8 – ECONOMIA DE MERCADO E CONCORRÊNCIA

1. O mercado
2. A concorrência
3. O Direito da Concorrência
4. Precedentes do *Sherman Act*
5. O surgimento do *Sherman Act*
6. A concorrência na União Europeia
7. A legislação de concorrência na Europa
8. Legislação de concorrência no Brasil
9. A Lei 12.529, de 2011
 - 9.1. Estrutura organizacional do CADE
 - 9.2. O tribunal administrativo de defesa econômica
 - 9.3. A Superintendência-Geral
 - 9.4. A Procuradoria Federal junto ao CADE
 - 9.5. A Secretaria de Acompanhamento Econômico
 - 9.6. Ministério Público Federal
 - 9.7. Pontos fundamentais da nova legislação
 - 9.7.1. Finalidade e amplitude: aplicação da Lei de Concorrência
 - 9.7.2. Âmbito territorial de aplicação
 - 9.7.3. Controle de condutas

- 9.7.4. O controle das concentrações
- 9.8. Análise de atos de concentração
- 9.9. Exigência de apresentação
- 10. O cartel
- 11. O programa de leniência
- 12. Compromisso de cessação
 - 12.1. Extensão do compromisso
- 13. Os guias
- 14. Jurisprudência do CADE
- 15. A magistratura econômica
- 16. Conclusão

Capítulo 9 – ECONOMIA DE MERCADO E A CRISE FINANCEIRA

- 1. O fenômeno da crise
- 2. Crise – fenômeno cíclico
- 3. Diagnóstico da crise
- 4. Os “ismos”
- 5. O fim do capitalismo
- 6. A globalização
 - 6.1. A eficiência e a inovação como fontes do desemprego
- 7. Persistência de uma economia de mercado
- 8. O Direito Econômico depois da crise
- 9. Os trabalhos de Farjat
- 10. O estudo do intervencionismo
- 11. Encaminhamento para uma nova fase
- 12. O Direito da Concorrência como centro
- 13. Questões do Direito Econômico atual
- 14. A mundialização
- 15. A ética
- 16. A cultura
- 17. As relações entre econômico e político
- 18. Conclusão
- 19. Referências para aprofundamento da questão

BIBLIOGRAFIA